

Novo Jornal de Notícias, quarta-feira, 16 de abril de 2024
Montes Claros/Minas Gerais



IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE MONTES CLAROS

CNPJ-MF 22.669.931/0001-10



BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31.12.2024

Relatório da Diretoria

Apresentamos os demonstrativos contábeis da Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros, mostrando de forma clara e consistente, o resultado apurado no exercício findado em 31 de dezembro de 2024 e o Relatório de Atividades da Entidade.

Mesmo diante de todas as dificuldades econômicas enfrentadas pelas instituições de saúde Filantrópicas, conseguimos fortalecer nossas principais bases de sustentação que são a filantropia, a transparência, o profissionalismo e a ética.

Como forma de conscientização, interação e divulgação junto aos nossos colaboradores, ao corpo clínico e a população de Montes Claros, foram realizados diversos eventos neste ano, sendo eles: Janeiro Branco, Semana da Mulher, Dia mundial do Rim, Abril Azul e Verde, Missa do Trabalhador, Semana Especial da Mães, Semana da Enfermagem, Campanha de Prevenção de Infecção, Semana da Doação de Leite Materno, Setembro Verde, Outubro Rosa, Semana do AVC e o Outubro Azul, Gincana de Segurança do Paciente, 40ª Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho, Jogos de Integração e Escola de Líderes para supervisores.

Neste ano, a Organização Nacional de Acreditação realizou a avaliação de manutenção da Santa Casa de Montes Claros com Hospital de Excelência Nível III, sendo o título mantido pelo hospital.

Foram realizados no ano de 2024 na Santa Casa os procedimentos de Transplante de Pâncreas, Microcirurgia de Tumor Intracraniano, Angioplastia Coronariana por Rotapro, procedimentos pioneiros no Norte de Minas.

Este ano, a Santa Casa de Montes Claros foi reconhecida pelo município por serviços prestados e ações sociais, recebeu a certificação de adequação à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados). Na área da educação teve destaque em revista internacional com estudo sobre Técnica de Punção Ventricular Transorbital.

A Santa Casa Montes Claros recebeu a habilitação de Serviço de Oncologia Pediátrica pelo Ministério da Saúde, tornando-se o único hospital com esta habilitação no Norte de Minas.

Mesmo diante de todas as dificuldades enfrentadas, o hospital investiu no corpo laboral, adquiriu novos e mais modernos equipamentos, melhorou sua infraestrutura e ampliou sua capacidade de atendimento.

Realizamos a humanização da Enfermaria Nossa Senhora das Graças e dos quartos na Pediatria, proporcionando uma melhor estrutura de atendimento aos pacientes do SUS. Com o intuito da melhor assistência foram adquiridos diversos equipamentos de ponta no mercado, como: Microscópio Cirúrgico Zeiss Tivato 700, Monitores Multiparâmetros, Eletrocardiógrafos, Cardioversores, Arcos Cirúrgicos, Ventiladores Pulmonar e Mesas Cirúrgicas

Em relação aos nossos resultados assistenciais, realizamos em 2024 um total de 1.874,203 procedimentos (SUS, Convênios e Particulares) sendo que destes, 1.113,713 foram realizados para o SUS, sendo: 16.814 internações, 146,039 consultas, 841.934 exames, 2.800 partos, 96,831 procedimentos/sessões e 9.295 cirurgias.

Nosso foco em 2025 é a qualidade do serviço, a satisfação do nosso cliente e a sustentabilidade da instituição, sem perder sobretudo, a essência e razão de ser desta Instituição que se baseiam na Filantropia e no Espírito Cristão.

Montes Claros, 28 de março de 2025

JOSE GILSON VELOSO
CALDEIRA:479314698
87
Assinado de forma digital por
JOSE GILSON VELOSO
CALDEIRA:47931469887
Dados: 2025.04.08 17:42:28 -03'00'
José Gilson Veloso Caldeira
Provedor

IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE MONTES CLAROS			
Montes Claros - MG			
BALANÇO PATRIMONIAL			
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023			
(Em Reais)			
ATIVO	Nota	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa Equivalente de Caixa	3	101.392.745,87	84.197.718,21
Caixa		1.758.188,17	38.142.978,75
Depósitos Bancários à Vista		50.925,17	34.158,02
Realizável		29.636.617,78	54.854.747,47
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	3	28.388.370,69	6.351.915,73
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Recursos Livres		38.388.370,69	6.351.915,73
Créditos a Receber	4	21.638.716,62	22.759.278,24
Pacientes SUS		15.158.585,47	8.414.889,02
Pacientes Convênios		60.653.844,80	41.622.552,16
Pacientes Particular		3.120.003,75	2.054.139,36
(-) Perdas Estimadas em Crédito Liquidação Duvidosa		(57.403.777,40)	(24.342.202,40)
Isotopes	9	1.668,29	16.657,27
Tributários a Serem Compensados ou Ressarcidos	9	11.868.49,08	13.019.774,44
Títulos a Receber	5	610.875,92	462.331,38
Bens e Títulos a Receber		1.184.867,50	1.198.448,80
(-) Perdas Estimadas em Crédito Liquidação Duvidosa		(564.901,58)	(736.113,42)
Repassar Recursos Supérfluos Governamentais	4	20.436,80	1.088.796,33
Ajustamentos a Receber (Empregados/Fornecedores)	6	6.086.484,45	5.053.453,43
Despesas Antecipadas		322.665,95	302.266,65
Prêmio de Seguro	8	322.665,95	302.266,65
ATIVO NÃO CIRCULANTE		258.325.889,55	262.185.010,45
Realizável a Longo Prazo		7.160.146,60	9.075.879,59
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	3	386.673,13	316.633,25
Aplicações Financeiras - Recursos Livres		386.673,13	316.633,25
Títulos e Créditos a Receber	5	6.056.516,64	8.145.777,43
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	5	717.555,83	612.660,91
Investimentos	10	-	154.000,00
Outros Investimentos		-	154.000,00
Imobilizado	11	251.164.847,95	252.875.938,80
Imóvel de Uso Próprio		215.672.854,95	217.478.319,58
Imóveis - Hospitais		215.672.854,95	217.478.319,58
Imóveis - Não Hospitais		12.706.462,00	12.706.462,00
Imobilizado de Uso Próprio		23.310.788,70	23.347.884,31
Imobilizado - Hospitais		21.410.517,40	21.458.418,52
Imobilizado - Não Hospitais		1.900.276,30	1.889.465,79
Imobilizações em Curso		2.181.194,30	2.049.726,99
Intangível	12	-	0,06
Softwares		-	0,06
TOTAL DO ATIVO		359.717.855,42	346.392.728,67
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis			

IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE MONTES CLAROS

Montes Claros - MG

BALANÇO PATRIMONIAL			
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023			
(Em Reais)			
PASSIVO	Nota	2024	2023
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	13	21.638.911,10	27.444.545,80
Obrigações Com Pessoal	14	10.065.996,90	9.304.428,96
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	15	5.412.997,41	7.375.219,28
Ressarcimento ao SUS	16	1.007.995,87	1.446.035,34
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	17	10.783.932,38	20.189.720,32
Outras Exigibilidades	18	7.165.803,86	6.194.093,65
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		48.064.897,03	59.672.842,59
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	15	20.466.241,05	22.588.518,92
Ressarcimento ao SUS	16	1.892.010,81	2.943.305,17
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	17	14.298.147,33	21.580.676,27
Provisões para Contingências	19	2.242.396,63	1.782.127,40
Outras Exigibilidades	18	9.166.101,21	10.778.214,83
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	255.578.100,87	214.675.842,68
Patrimônio Social		16.889.700,35	25.867.898,15
Ajustes de Avaliação Patrimonial		195.941.700,40	198.809.725,56
Supervistas Acumuladas		43.546.700,12	41.734.015,97
TOTAL DO PASSIVO		359.717.855,42	346.392.728,67
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis			

IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE MONTES CLAROS

Montes Claros - MG

DEMONSTRAÇÃO DO SUPRÁVIT OU DÉFICIT			
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023			
(Em Reais)			
	Nota	2024	2023
RECEITAS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR			
Pacientes do SUS A.I.H.S.I.A.	21	736.301.876,53	717.860.481,09
Pacientes Convênios		97.662.735,55	82.587.031,64
Pacientes Particulares		103.510.928,17	104.970.915,59
Pacientes Particulares		35.108.162,81	36.302.533,77
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS			
Subvenções Governamentais	22	48.589.633,47	112.021.711,46
Outras Receitas Operacionais		153.591.162,14	128.215.162,14
Receitas com Serviços Funerários		7.434.857,75	6.571.017,29
Receitas com Serviços Funerários		2.561.613,60	2.615.645,24
TOTAL DAS RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS		399.891.460,00	338.972.192,46
DÉBITOS DAS RECEITAS DE SERVIÇOS			
Contas Devolvidas/Representadas SUS	21	(13.539.192,00)	(11.656.062,51)
Descontos e Abatimentos Concedidos		(239.664,11)	(172.826,23)
Gastos Aceitos/Concedidos		(9.152.952,75)	(10.309.136,16)
Perdas Patrimoniais Pacientes Particulares		(349.188,68)	-
TOTAL DAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS		386.361.267,10	326.416.130,14
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas Com Pessoal	21	(92.222.502,63)	(76.874.497,79)
Despesas Com Materiais e Medicamentos	21	(94.744.971,46)	(85.600.150,02)
Despesas Hospitalares	21	(93.155.704,54)	(92.200.026,39)
Despesas Administrativas	22	(23.146.700,24)	(17.352.636,62)
Despesas Com Nefrologia	22	(4.798.134,81)	(4.713.014,50)
Despesas Com Santa Casa Olhos	21	(6.892.201,12)	(5.997.890,35)
Despesas Com Funerária	22	(1.607.658,89)	(1.579.668,39)
Depreciação/Amortização Acumulada	21	(9.456.122,43)	(8.844.429,80)
Variação da Provisão com Ressarcimento ao SUS	22	(164.368,39)	(569.113,17)
Variação das Provisões Para Perdas Creditores Duvidosos	22	(12.958.360,93)	(4.501.674,36)
Variação da Provisão Para Contingências Cíveis e Trabalhistas	22	(460.269,23)	(307.843,13)
RESULTADO BRUTO		46.742.271,43	46.781.185,62
Resultado Financeiro Líquido	23	(6.698.596,47)	(8.908.596,47)
Receitas Financeiras		1.602.305,74	1.807.092,69
Despesas Financeiras		(7.301.810,83)	(10.715.689,16)
Resultado Patrimonial	24	(376.891,38)	11.893,54
Receitas Patrimoniais		41.751.006	445.896,40
Despesas Patrimoniais		(793.601,44)	(331.802,94)
SUPRÁVIT DO PERÍODO		40.678.674,96	37.966.682,69
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis			

IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE MONTES CLAROS

Montes Claros - MG

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023			
(Em Reais)			
	2024	2023	
Supravit do Período	40.678.674,96	37.966.682,69	
Outros Resultados Abrangentes	2.091.608,26	4.228.324,12	
Ajustes de Exercícios Anteriores	223.583,23	481.061,55	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	2.868.025,16	3.747.332,58	
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	43.770.281,35	42.215.076,82	
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis			

IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE MONTES CLAROS

Montes Claros - MG

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023			
(Em Reais)			
	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Supervistas Acumuladas
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	(28.917.196,82)	202.587.698,14	2.568.237,12
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-
Retificação de erros de exercícios anteriores	-	-	481.061,55
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(3.747.332,58)	37.966.682,69
Supervistas Acumuladas	-	-	(3.049.298,67)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	(28.917.196,82)	198.809.725,56	41.734.015,97
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	223.583,23
Retificação de erros de exercícios anteriores	-	-	2.868.025,16
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(2.868.025,16)	40.678.674,96
Supervistas Acumuladas	-	-	(41.957.498,50)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	16.889.700,35	195.941.700,40	43.546.700,12
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis			

IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE MONTES CLAROS

Montes Claros - MG

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO			
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023			
(Em Reais)			
	Nota	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resgate de Aplicações Financeiras		159.742.673,68	56.640.598,99
Resgate de Juros de Aplicações Financeiras		223.987,80	1.017.731,92
Outros Recebimentos Operacionais		386.450.366,76	308.499.604,91
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde		(188.273.193,84)	(201.531.362,00)
Pagamento de Pessoal		(47.435.090,39)	(33.933.539,50)
Pagamento de Aluguel		(480.331,86)	-
Aplicações Financeiras		(189.635.586,15)	(36.405.183,30)
Outros Pagamentos Operacionais		(119.253.493,93)	(57.683.287,48)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais		1.431.333,87	36.040.563,14
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado - Hospitalar		120.000,00	54.000,00
Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado - Outros		12.500,00	-
Recebimento de Venda de Investimentos - Outros		-	78.000,00
Outros Recebimentos das Atividades de Investimento		-	0,72
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar		(3.895.240,12)	(816.494,45)
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros		(1.899.643,68)	(246.848,49)
Outros Pagamentos das Atividades de Investimento		(109.000,00)	-
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos		(6.861.383,80)	(1.031.427,23)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento - Empréstimos/Financiamentos		6.499.999,99	33.584.156,25
Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento		-	466.786,87
Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing		(3.188.240,96)	(6.121.216,56)
Pagamento de Aquisição - Empréstimos/Financiamentos/Leasing		(24.107.796,88)	(31.368.672,74)
Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento		(3.160.753,00)	(2.649.239,91)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		(21.956.790,85)	(6.088.186,69)
VARIACÃO LÍQUIDA DO CAIXA		(75.386.847,58)	79.485.035,61
VARIACÃO LÍQUIDA DO CAIXA		(75.386.847,58)	79.485.035,61
CAIXA - Saldo Inicial		30.142.970,75	67.935,72
CAIXA - Saldo Final		1.758.188,17	30.142.970,75
Ativos Livres no Início do Período		30.142.970,75	657.935,72
Ativos Livres no Fim do Período		1.758.188,17	30.142.970,75
Aumento/(Diminuição) no Aplic. Finance. - RECURSOS LIVRES		(75.386.847,58)	79.485.035,61
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis			

IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE MONTES CLAROS

Montes Claros - MG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores Em Reais)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros é uma sociedade filantrópica de direito privado sem fins lucrativos. Criada pela Lei nº 2.396, de 13/out./1877, com sede e foro para Praça Honório Alves nº 22, na cidade de Montes Claros, Minas Gerais. Instituída com objetivo específico de prestar assistência social à Comunidade, indica para a sua atuação filantrópica a assistência médico-hospitalar e educacional, cabendo-lhe, essencialmente prestar assistência integral à saúde de quantos procurarem seus serviços, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza.



IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE MONTES CLAROS

CNPJ-MF 22.669.931/0001-10

Fundada em 21/09/1871 - Instituída pela Lei Provincial n.º 2396, de 13/10/1877

Praça Honorato Alves, 22 – Fone (038) 3229-2000 | CEP 39400-103 – Montes Claros – MG



2.2.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem caixa e equivalentes de caixas que são os saldos positivos em bancos conta movimento, e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.2.4 Contas a Receber

Os valores a receber de curto e longo prazo estão registrados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída sobre valores a receber de clientes com títulos vencidos há mais de 90 dias. A administração da entidade revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de seus clientes (vide Nota Explicativa n° 4).

2.2.5 Estoques

Os estoques são compostos, principalmente, por materiais hospitalares e medicamentos e são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao seu valor líquido realizável.

As provisões para ajuste ao valor líquido realizável e para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.2.6 Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

2.2.7 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção e estão demonstrados deduzidos da depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução do valor recuperável.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens, às taxas mencionadas na (Nota Explicativa n° 11).

Com base nas alterações e pronunciamentos contábeis o imobilizado passou a abranger os bens que não são de propriedade apenas da entidade, mas sobre os quais a mesma tenha o controle, riscos e benefícios.

Através de avaliação baseado no “deemed cost” custo atribuído apurado sobre os saldos do Ativo Imobilizado, realizado por empresa especializada, foi atribuído nova vida útil dos bens que ainda produzir riqueza para a entidade e atribuição de valor justo para os bens.

2.2.8 Avaliação do Valor Recuperável de Ativos (Teste de “impairment”)

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.2.9 Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.10 Empréstimos e Financiamentos

São registrados pelo valor do principal, acrescidos dos encargos financeiros proporcionais até a data do balanço (vide Nota Explicativa n° 17).

2.2.11 Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

- a) Ativos Contingentes: São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- b) Passivos Contingentes: Com exceção das contingências tributárias e obrigações legais, as demais (Cíveis e Trabalhistas) são provisionadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.
- c) Contingências Tributárias e Obrigações Legais: São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.2.12 Reconhecimento da Receita Advinda de Doações Privadas e Assistências Governamentais

De acordo com interpretação técnica ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução n° 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade, a partir de 1º/01/2012 a receita advinda de doações privadas e de assistências governamentais devem ser reconhecidas no resultado do período, na medida de sua realização, ou em contas específicas do passivo enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado.

2.2.13 Tributação

A Entidade goza de imunidade tributária, conforme previsto no inciso VI, letra c, do Artigo 150 da Constituição Federal de 1988. A renúncia fiscal abrange impostos sobre seu patrimônio, serviços e rendas, nas esferas Federal, Estadual e Municipal (Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, Programa de Integração Social, Imposto de Importação, Imposto Territorial Rural, Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros, Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos, Imposto Predial e Territorial Urbano e Imposto sobre Serviços).

A Entidade cumpre o previsto na Lei Complementar n° 187 de 16 dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social. É considerada beneficente e faz jus à certificação, nos termos da Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei Complementar regula, com fundamento no inciso II do caput do art. 146 e no § 7º do art. 195 da Constituição Federal, as condições para limitação ao poder de tributar da União em relação às entidades beneficentes, no tocante às contribuições para a seguridade social.

Art. 2º Entidade beneficente, para os fins de cumprimento desta Lei Complementar, é a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que presta serviços nas áreas de assistência social, de saúde e de educação, assim certificada na forma desta Lei Complementar.

Art. 3º Farão jus à imunidade de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal as entidades beneficentes que atuem nas áreas da saúde, da educação e da assistência social, certificadas nos termos desta Lei Complementar, e que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- I - Não percebam seus dirigentes estatutários, conselheiros, associados, insituidores ou benfeitores remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, das funções ou das atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- II - Apliquem seus rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- III - apresentem certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como comprovação de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- IV - Mantenham escrituração contábil regular que registre as receitas e as despesas, bem como o registro em gratuidade, de forma segregada, em consonância com as normas do Conselho Federal de Contabilidade e com a legislação fiscal em vigor;
- V - Não distribuam a seus conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores seus resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto, e, na hipótese de prestação de serviços a terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessão de mão de obra, não transfiram a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no § 7º do art. 195 da Constituição Federal;
- VI - Conservem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e o registro de seus recursos e os relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- VII - apresentem as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006; e
- VIII - prevejam, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades beneficentes certificadas ou a entidades públicas.

- § 1º A exigência a que se refere o inciso I do caput deste artigo não impede:
- I - a remuneração aos dirigentes não estatutários; e
- II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal, obedecidas as seguintes condições:
- a) nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até o terceiro grau, inclusive afim, de instituidores, de associados, de dirigentes, de conselheiros, de benfeitores ou equivalentes da entidade de que trata o caput deste artigo; e
- b) o total pago a título de remuneração para dirigentes pelo exercício das atribuições estatutárias deverá ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido para a remuneração dos servidores do Poder Executivo federal.
- § 2º O valor das remunerações de que trata o § 1º deste artigo deverá respeitar como limite máximo os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação e deverá ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações.
- § 3º Os dirigentes, estatutários ou não, não respondem, direta ou subsidiariamente, pelas obrigações fiscais da entidade, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.
- Art. 4º A imunidade de que trata esta Lei Complementar abrange as contribuições sociais previstas nos incisos I, III e IV do caput do art. 195 e no art. 239 da Constituição Federal, relativas à entidade beneficente, a todas as suas atividades e aos empregados e demais segurados da previdência social, mas não se estende a outra pessoa jurídica, ainda que constituída e mantida pela entidade à qual a certificação foi concedida.
- Art. 5º As entidades beneficentes deverão obedecer ao princípio da universalidade do atendimento, vedado dirigir suas atividades exclusivamente a seus associados ou categoria profissional.

NOTA 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalente de Caixa - Circulante	Exercícios	
	2024	2023
Caixa	56.928,17	34.158,02
Bancos Conta Movimento - Recursos sem restrição	1.699.200,00	30.108.812,73
TOTAL	1.756.128,17	30.142.960,75

- a) São aplicações de recursos próprios livres sem restrições que poderá ser utilizado a qualquer momento transformando em disponibilidade imediata
- b) Títulos de capitalização a serem mantidos até o seu vencimento e Subscrição de Capital em cooperativa de crédito.
- c) Reclassificação em 2024 do montante de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Recursos Livres para grupo Realizável (Circulante).

Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Recursos Livres	Exercícios	
	2024	2023
	38.388.370,69	6.351.915,73
TOTAL	38.388.370,69	6.351.915,73

NOTA 4. CRÉDITOS A RECEBER / REPASSE RECURSOS SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS - Circulante

- (i) A nossa entidade atende três categorias de pacientes e são registrados os valores a receber e ficando somente os saldos nestes grupos de contas que tem a real liquidez;

- (ii) São recursos oriundos de Subvenções Governamentais destinados ao custeio e a investimentos e são contabilizados em atendimento a Procedimento Técnico CFC 07 as Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 20 (IASB);

- (iii) Tratam-se de provisões estimadas dos direitos a receber com vencimentos superiores a 90 dias, apresentadas como contas redutoras. O aumento nesta rubrica deu-se em razão da ruptura de contrato com um de nossos convênios atendidos, no ano de 2023. Houve a interrupção nos recebimentos em 2024, e este fato representa cerca de 42% do saldo de Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa.

Créditos a Receber	Exercícios	
	2024	2023
Pacientes SUS (i)	15.158.545,47	8.414.889,82
Pacientes Convênios (i)	60.653.944,80	41.632.552,16
Pacientes Particular (i)	3.120.003,75	2.054.139,36
(-) Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa (iii)	(37.403.777,40)	(24.342.202,60)
Total	41.528.716,62	27.759.378,74
Repasse de Recursos Subvenções Governamentais (ii)	203.436,80	1.088.799,33
Total Líquido	203.436,80	1.088.799,33

NOTA 5. TÍTULOS A RECEBER / OUTROS CRÉDITOS A RECEBER – AC e NC

Títulos a Receber - Circulante	Exercícios	
	2024	2023
Notas Promissórias (a)	346.971,60	303.705,74
Cheques e Ordens a Receber (b)	291.985,41	314.707,62
Outros Títulos a Receber (c)	467.666,74	405.486,31
Direitos Resultantes de Vendas (e)	1.500,00	1.500,00
Outros Créditos ou Bens a Receber (e)	76.745,75	173.045,13
Subtotal	1.184.867,50	1.198.444,80
(-) Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	(564.991,58)	(736.113,42)
Subtotal Líquido	619.875,92	462.331,38
Títulos e Outros Créditos a Receber - Não Circulante		
Títulos e Créditos a Receber (c)	6.056.516,64	8.145.777,43
Outros Créditos a Receber de Longo Prazo (d)	717.555,83	612.668,91
Subtotal	6.774.072,47	8.758.446,34
Total Líquido	7.393.948,39	9.220.777,72

- a) Valores a receber referente serviços funerária;
- b) Cheques Devolvidos e Reapresentados;
- c) Engloba o montante de títulos a receber, outros créditos ou bens a receber;
- d) Consórcio e título de capitalização destinados a aquisição de veículos para substituição das frota de ambulâncias e veículos de funerária.

NOTA 6. ADIANTAMENTOS A RECEBER - (Empregados/Fornecedores)

	Exercícios	
	2024	2023
Adiantamentos a Funcionários	2.865.238,48	1.737.767,94
Adiantamentos a Fornecedores	3.823.245,97	3.315.685,89
Total Líquido	6.688.484,45	5.053.453,83

Adiantamos diversos realizados aos funcionários e os fornecedores de produtos e serviços por exigências de contrato e garantias para envios de produtos.

NOTA 7. TRIBUTÁRIOS A SEREM COMPENSADOS OU RESSARCIDOS

	Exercícios	
	2024	2023
FGTS a Recuperar (i)	16.636,29	16.636,29
IRRF a Recuperar	-	108,36
Contribuições Sociais a Recuperar	-	112,72
Total Líquido	16.636,29	16.857,37

(i)Saldo de guias de FGTS pagas em duplicidade, aguardando restituição.

NOTA 8. DESPESAS ANTECIPADAS

Despesas Antecipadas	Exercícios	
	2024	2023
Prêmio de Seguros	322.665,95	302.236,65
Total	322.665,95	302.236,65

A entidade adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e erro médico por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade;

NOTA 9. ESTOQUES

Estoques	Exercícios	
	2024	2023
Materiais e Medicamentos	7.086.541,87	4.427.070,35
Almoxarifado Geral	4.741.621,92	8.566.534,55
Materiais de Funerária	40.267,19	26.169,54
Total Líquido	11.868.430,98	13.019.774,44

Podem ser assim demonstrados os estoques da entidade que é formado especificamente por Materiais e Medicamentos Hospitalares utilizados como insumos no tratamento dos pacientes, Almoxarifado Geral composto (Produtos de Nutrição e Dietética, Limpeza e Higienização, Diluição, Peças de Reposição para Equipamentos Hospitalares, Reposição de Enxovais Cama e Banho, Segurança e Proteção Individual, Reparação Predial) e Materiais de Funerária. Itens necessários para o pleno funcionamento e manutenção deste Hospital.

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,
que institui a Infraestrutura de chaves
Públicas Brasileira - ICP-Brasil
A autenticidade deste documento pode ser
conferida através do QR CODE ao lado ou pelo link
<https://novojournaldenoticias.com/arquivos-empresariais/>



Novo Jornal de Notícias, quarta-feira, 16 de abril de 2024
Montes Claros/Minas Gerais



IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE MONTES CLAROS

CNPJ-MF 22.669.931/0001-10

Fundada em 21/09/1871 - Instituída pela Lei Provincial n.º 2396, de 13/10/1877

Praça Honorato Alves, 22 – Fone (038) 3229-2000 | CEP 39400-103 – Montes Claros – MG



NOTA 10. INVESTIMENTOS

	Exercícios	
	2024	2023
Investimentos	-	-
Outros Investimentos Cessão de Direito (i)	-	154.000,00
Total	-	154.000,00

(i) O débito referente à cessão de direito de uso e ocupação de 2 imóveis para clínicas médicas com objetivo de geração de recursos financeiros para a entidade, foi quitado neste exercício. Contrato fora firmado com as empresas M. M. Participações Ltda e OMM Participações Ltda. para duas unidades desde 2020, das quais hoje somente uma permanece em funcionamento.

NOTA 11. IMOBILIZADO

	Exercícios			
	Taxa Anual Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	2024 2023
Terrenos				
Edifícios	2,6% a 12,5%	17.362.870,00	17.362.870,00	17.362.870,00
Terrenos Não Hospitalar		40.111.000,00	40.111.000,00	40.111.000,00
Imóvel de Uso Próprio – Hospitalar		10.495.963,28	4.095.478,28	11.784.600,00
Imóvel de Uso Próprio Não Hospitalar		12.758.000,00	-	12.758.000,00
Máquinas e Equipamentos	10% a 33,33%	20.040.441,14	42.717.803,15	16.790.215,00
Computadores e Periféricos	25% a 100%	2.040.222,00	2.040.222,00	476.700,00
Móveis e Utensílios	10% a 50%	6.281.012,54	4.017.100,85	2.864.042,22
Veículos	33,33% a 100%	1.042.700,00	4.010.164,65	151.271,00
Instalações	12,5% a 33,33%	10.075.000,00	215.770,00	151.271,00
Bens Móveis – Hospitalares		6.622.422,28	25.400.000,00	22.040.000,00
Máquinas e Equipamentos	25% a 50%	1.000.000,00	2.000.000,00	1.000.000,00
Bens Móveis – Não Hospitalares		1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Imóveis em Construção		10.000,00	-	10.000,00
Outras Imobilizações – Máquinas e Equipamentos		10.000,00	-	10.000,00
Outras Imobilizações – Transfêrencia de Imobilizado		1.000.000,00	-	1.000.000,00
Outras Imobilizações – Hospitalares		1.000.000,00	-	1.000.000,00
Total das Imobilizações		100.240.000,00	215.865.963,28	100.240.000,00

A Instituição contratou no exercício de 2020 a empresa especializada em avaliações, Make Consultorias de Avaliações Empresariais Ltda, CNPJ 00.601.771/0001-34 sediada em Belo Horizonte/MG e efetuou estudos para determinar os novos valores justo, determinar novos prazos de vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado, consequentemente, novas taxas de depreciação, conforme previsto ICP-10 que faz esclarecimentos dos (CPC 27 – Ativo Imobilizado descrito nos itens 15 a 23 especificamente o item 21 com adoção do “Deemed Cost”. Custo Atribuído e CPC 28 – Propriedade para Investimento), a previsão de atribuição de custo na adoção inicial “Deemed Cost” que visa eliminar eventuais discrepâncias nos valores contábeis dos bens do ativo imobilizado subavaliados ou mesmo com valor residual igual à zero, mas que continua em operação, gerando benefícios econômicos para a empresa. Está também alinhado com o contido nas normas internacionais emitidas pelo IASB (IFRS 1, em especial nos itens D5 a D8B). A contabilização está em acordo com o item 22 da CPC 27 e tendo como contrapartida a conta do Patrimônio Líquido denominado Ajuste de Avaliação Patrimonial, nos termos do § 3º do art. 182 da Lei nº 6.404/1976.

NOTA 12. INTANGÍVEL

	Exercícios			
	Taxa Anual Amortização	Custo	Amortização Acumulada	2024 2023
Intangível				
Softwares	25% a 100%	202.435,81	(202.435,75)	-
Total		202.435,81	(202.435,75)	0,06

NOTA 13. FORNECEDORES

	Exercícios	
	2024	2023
Fornecedores (i)	21.638.911,10	27.444.545,80
Total Líquido	21.638.911,10	27.444.545,80

(i) São registrados nesta conta todos os Fornecedores de Materiais, Medicamentos, órteses e Próteses e um saldo remanescente de 02 Prestadores de Serviços Terciarizados do extinto Plano de Saúde Santa Casa Família;

NOTA 14. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

	Exercícios	
	2024	2023
Salários a Pagar (i)	2.774.007,90	2.547.948,91
Férias a Pagar (ii)	6.649.863,88	6.066.373,69
Outras Obrigações com Pessoal (iii)	641.725,12	690.106,36
Total Líquido	10.065.596,90	9.304.428,96

- (i) São os saldos de salários referente a competência de Dez/2024 que deverão ser pagos até o 5º dia útil do mês subsequente -
(ii) Registro mensal dos valores provenientes de 1/12 avos mais 1/3 sobre salários de cada colaborador, saldo contabilizado do período de aquisição até a sua concessão;
(iii) Saldo das Rescisões, Estagiários, Menores Aprendizizes e Provisão de FGTS sobre Férias e 13º Salário -

NOTA 15. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER E PARCELAMENTOS

	Exercícios	
	2024	2023
Circulante		
Contribuição Previdenciária	518.198,72	500.019,44
FGTS a Recolher	1.022.583,60	903.174,59
Retenções/Impostos e Contribuições (i)	1.419.198,98	1.243.432,20
Parcelamentos Impostos e Contribuições (ii)	2.453.016,11	4.728.593,15
Total Circulante	5.412.997,41	7.375.219,38
Não Circulante		
Parcelamentos Impostos e Contribuições (ii)	20.466.241,05	22.588.518,92
Total Não Circulante	20.466.241,05	22.588.518,92
Total Geral	25.879.238,46	29.963.738,30

- (i) Valores referente a retenções de impostos e contribuições de funcionários, prestadores de serviços pessoa física e pessoa jurídica;
(ii) Parcelamentos distribuídos entre Curto e Longo prazo junto à Receita Federal do Brasil e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, composto de Contribuições Previdenciárias, Impostos e Contribuições em atraso.

NOTA 16. RESSARCIMENTO AO SUS

	Exercícios	
	2024	2023
Circulante		
Ressarcimento ao SUS (i)	1.007.595,87	1.446.035,34
Total Circulante	1.007.595,87	1.446.035,34
Não Circulante		
Ressarcimento ao SUS (i)	1.892.010,81	2.943.305,17
Total Não Circulante	1.892.010,81	2.943.305,17
Total Geral	2.899.606,68	4.389.340,51

- (i) A entidade tem registrado nessa conta, eventos referentes a ressarcimentos de despesas médicas ao SUS provenientes atendimentos de beneficiários do extinto Plano de Saúde, na sua vigência e que a Santa Casa efetua o pagamento destas despesas.

NOTA 17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

	Exercícios	
	2024	2023
Empréstimo e Financiamentos Circulante		
Capital de giro	13.559.552,85	24.054.117,86
Total	13.559.552,85	24.054.117,86
(-) Ajuste a Valor Presente	(2.775.620,47)	(3.864.397,59)
Total Circulante	10.783.932,38	20.189.720,27
Empréstimo e Financiamentos Não Circulante		
Capital de giro	16.384.234,96	25.175.074,02
Total	16.384.234,96	25.175.074,02
(-) Ajuste a Valor Presente	(2.086.087,63)	(3.594.397,75)
Total Não Circulante	14.298.147,33	21.580.676,27
Total Geral	25.082.079,71	41.770.396,54

Empréstimos contraídos junto a instituições financeiras para compor o nosso capital de giro.

NOTA 18. OUTRAS EXIGIBILIDADES

	Exercícios	
	2024	2023
Outras Exigibilidades - Circulante		
Convênios para Funcionários	117.323,38	251.757,89
Contas a Pagar (i)	2.500.438,94	2.430.784,79
Convênios Recebíveis a Baixar (ii)	3.465.781,43	1.974.118,74
Empréstimo Recebíveis de Terceiros	248.736,15	248.736,15
Subvenções e Doações a Realizar (iii)	836.501,93	1.289.106,08
Total Circulante	7.165.803,86	6.194.093,65
Outras Exigibilidades - Não Circulante		
Débitos Diversos	882.888,66	1.603.077,55
Multas Administrativas	55.419,97	190.409,09
Receitas Diferidas (iv)	8.227.792,58	8.984.728,19
Total Não Circulante	9.166.101,21	10.778.214,83
Total Geral	16.331.905,07	16.972.308,48

Em destaque para compor as notas explicativas, selecionamos quatro grupo de contas com valores mais relevantes:

- (i) Registro de seguros (funcionários e equipamentos) parcelados, parcelamento conta Cemig, Parcelamento do Investimento contabilizado no Ativo;
(ii) Registro de recebimentos relativos a Contas a Receber de Convênios que não conseguiram identificar as remessas correspondentes dentro da competência Dezembro de 2024;
(iii) A entidade recebe doações, contribuições e subvenções do Governo Federal, Estadual e Municipal para custeio das atividades e investimentos que seguem regras preestabelecidas previstas na Resolução CFC nº 1.409/2012 – ITG 2002 e enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento mantêm os saldos registrados no Passivo Circulante;
(iv) A entidade recebe Subvenções do Governo Federal, Estadual e Municipal, para custeio das atividades e investimentos que seguem regras preestabelecidas, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado mantêm os saldos registrados no ativo e passivo, atendendo a NBC TG 07 – SUBVENÇÃO E ASSISTÊNCIA GOVERNAMENTAIS que tem por base o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) (IAS 20 do IASB) com relação as Subvenções destinadas a Investimentos as regras estão previstas nos itens 15-A, 17 e 26 -
São registrados os valores dos bens adquiridos por licitação com recursos de Subvenções Governamentais e apropriada mensalmente o valor correspondente a depreciação dos bens para anular o efeito no resultado, conforme determina a Resolução CFC nº 1.409/2012 – ITG 2002.

NOTA 19. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	Exercícios	
	2024	2023
Não Circulante		
Provisões Judiciais (i)		
Contingências Cíveis	126.506,66	71.000,00
Contingências Trabalhistas	2.115.889,97	1.711.127,40
Total Não Circulante	2.242.396,63	1.782.127,40

- a) **Contingências com Risco de Perda Provável**
(i) A entidade constituiu provisão para contingências com base na opinião de seus assessores jurídicos. Com isso, a entidade provisiona a totalidade dos processos classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas processuais.
b) **Contingências com Risco de Perda Possível**

A entidade não possui processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis, na opinião de seus consultores jurídicos. A entidade não provisiona os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga.

NOTA 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Exercícios	
	2024	2023
Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social (a)	15.866.117,12	(26.348.959,70)
Ajustes de Exercícios Anteriores (b)	223.583,23	481.061,55
Ajustes de Avaliação Patrimonial (c)	195.941.700,40	198.809.725,56
Superávit do Exercício (d)	43.546.700,12	41.734.015,27
Total Patrimônio Líquido	255.578.100,87	214.675.842,68

- a) Constituído pela doação inicial de seus outorgantes, por doações recebidas de terceiros e composto por incorporação de reservas,

superávit ou déficit de cada exercício financeiro após aprovação na prestação e da Assembleia Geral Ordinária.

- b) Em 01/01/2024 foram registrados lançamento a débito do valor de R\$20.913,07 referente a apropriação de Juros de empréstimos de maio/23 não contabilizada (lote 190799, lançamento 54907490); e lançados a crédito: R\$18.930,23 lote 191599, lançamento 53706454, referente retificação de lançamento de estorno incorreto feito em 31/12/2023 de pagamento de juros a apropriar, e R\$18.930,23 lote 184850, lançamento 50381156, referente a estorno incorreto feito em 26/06/2023. Em 30/04/2024, lançado a débito R\$6.077,25 acerto de juros de empréstimo lançado incorretamente na conta do empréstimo em 02/05/2022 (lote 170512, lançamento 44155717). E em 31/12/2024 foram registrados estornos da atualização dos saldos dos parcelamentos provisionados a maior nos anos de 2021 a 2024 nos valores de: R\$15.073,08 (parcelamento IRRF), R\$1.040,62 (parcelamento contribuições CSRF), R\$26.564,80 (parcelamento dívida ativa CLT PGN), e R\$170.034,59 (parcelamento INSS autônomos e funcionários).
- c) A entidade contratou empresa credenciada para realização trabalho de atribuição de custo na adoção inicial “Deemed Cost” que visa eliminar eventuais discrepâncias nos valores contábeis dos bens do ativo imobilizado subavaliados ou mesmo com valor residual igual a zero, mas que continua em operação, gerando benefícios econômicos para a empresa, conforme previsto constante nas CPC nº 27 e ICP-10 e já devidamente explicado (Vide Nota Explicativa nº 11).
- d) Registra o resultado do exercício financeiro da entidade que pode ser Superávit ou Déficit. Findo o exercício de 2024 foi gerado um resultado financeiro de R\$ 40.678.674,96 de Superávit. Considerando o impacto que adoção da Interpretação Técnica ICP-10 previsto no item 23 que orienta: “Os efeitos desse procedimento deverão ser contabilizados, tendo por contrapartida a conta do patrimônio líquido denominada “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, nos termos do §3º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, e a conta representativa de Tributos Diferidos Passivos, a depender da opção quanto ao regime de tributação da entidade. Subsequentemente, e na medida em que os bens, objeto de atribuição de novo valor, nos termos do disposto no item anterior e na parte inicial deste item, forem depreciados, amortizados ou baixados, em contrapartida do resultado, os respectivos valores deverão, simultaneamente, ser transferidos da conta “Ajustes de Avaliação Patrimonial” para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados”. O total da depreciação no exercício de 2024 foi no total de R\$ 2.868.025,16 na conta de Lucros/Superávits Apurados. Com esta contabilização o resultado final do exercício ficou com saldo Superávit de R\$ 43.546.700,12 reparando o efeito da depreciação/amortização no referido exercício.

NOTA 21. RECEITAS (CUSTOS) LÍQUIDO DE SERVIÇOS PRESTADOS

	Exercícios	
	2024	2023
RECEITAS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR		
Pacientes do SUS A.I.H.S.I.A.	97.662.735,55	82.587.031,64
Pacientes Convênios	103.550.928,17	104.970.915,59
Pacientes Particulares	35.108.162,81	30.302.533,77
(-) Dedução de Receitas e Prest. de Serv.	(13.530.192,90)	(11.656.062,52)
(-) Variação das Provisões Para Perdas Créditos Diferidos (i)	(12.958.560,93)	(11.601.574,50)
Total Líquido	209.813.272,70	201.702.744,32
CUSTOS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR		
Com Pessoal	(92.222.503,63)	(76.878.497,79)
Com Materiais e Medicamentos	(94.744.971,46)	(85.600.150,82)
Gerais	(93.155.704,54)	(72.290.026,39)
Com Nutrição	(4.798.134,81)	(4.713.014,50)
Com Santa Casa Olhos	(6.892.201,12)	(5.997.890,35)
Depreciação e Amortização	(4.156.132,42)	(4.801.459,00)
Total Líquido	(301.269.637,99)	(245.324.068,85)
Resultado	(91.456.365,29)	(43.621.324,53)

Os valores demonstrados nesta nota são as receitas e os custos diretos com a atividade fim desta entidade

- (i) São valores contabilizados no decorrer do exercício de 2024 referente as provisões estimadas dos direitos a receber com os vencimentos superiores a 90 dias. Sendo apresentada com redutores do Créditos a Receber.

NOTA 22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios	
	2024	2023
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		
Subvenções Governamentais (i)	153.591.162,14	111.025.048,93
Receitas com Serviços Funerários	2.561.613,60	2.615.645,24
Outras Receitas Operacionais (ii)	7.436.857,73	6.571.017,29
(-) Variação da Provisão com Ressarcimento ao SUS (iii)	(1.014.368,39)	(569.113,17)
(-) Variação da Provisão Para Contingências Cíveis e Trabalhistas	(4.666.260,23)	(3.907.843,13)
Total	162.964.995,85	119.334.758,16
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas Administrativas	(23.146.700,24)	(17.352.636,62)
Despesas Com Funerária	(1.607.658,80)	(1.579.666,30)
Total	(24.754.359,13)	(18.932.302,91)
Resultado	138.210.636,72	100.402.455,15

- (i) A entidade recebeu Subvenções do Governo Federal, Estadual e Municipal para custeio das atividades no ano 2024 e a contabilização da apropriação da receita diferida referente a subvenções destinada a investimento;
(ii) São receitas originárias de doações em moeda corrente pelas empresas e a população de Montes Claros, doações de medicamento e materiais hospitalares, gênero alimentício, material de expediente e de uso e consumo em geral, recuperação de despesas, acrescidos das receitas com treinamentos de acadêmicos das faculdades parceiras.
(iii) São as provisões contabilizadas mensalmente conforme extrato disponibilizado no site da ANS e que se referem aos beneficiários do nosso extinto Plano de Saúde com o registro nº 363685 no decorrer de sua existência, em que os beneficiários utilizavam atendimento do SUS, gerando uma obrigação desta entidade de ressarcir o SUS quando condenado administrativamente pela ANS - Agência Nacional de Saúde.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR CODE ao lado ou pelo link <https://novojournaldenoticias.com/arquivos-empresariais/>



GRAFIMOC ARTES GRÁFICAS LTDA – CNPJ 31.140.322/0001-60
Rua Silvío Teixeira, 293, São José, Montes Claros, MG-CEP 39-400-054
Telefone: (38) 3221-1090 | (38) 9.8403-8623
E-mail: gestao@novojournaldenoticias.com



IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE MONTES CLAROS

CNPJ-MF 22.669.931/0001-10

Fundada em 21/09/1871 - Instituída pela Lei Provincial n.º 2396, de 13/10/1877
Praça Honorato Alves, 22 – Fone (038) 3229-2000 | CEP 39400-103 – Montes Claros – MG



NOTA 23. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

Exercícios	Exercícios	
	2024	2023
Receitas Financeiras		
Receitas de Aplicações Financeiras	1.178.586,07	817.367,82
Receitas Financeiras Diversas	423.719,67	989.724,87
Total	1.602.305,74	1.807.092,69
Despesas Financeiras		
Desp. Financeira c/EMP/Financiamentos	(4.082.718,71)	(6.121.216,54)
Despesas Financeiras Encargos s/Tributos	(2.136.513,96)	(3.445.400,15)
Despesas Por Pagamentos Em Atraso	(614.942,02)	(741.401,93)
Despesas Financeiras Diversas	(407.636,14)	(407.670,54)
Total	(7.301.810,83)	(10.715.689,16)
Resultado Financeiro	(5.699.505,09)	(8.908.596,47)

As descrições analíticas das contas por si só já explicitam as origens dos fatos contábeis nas registradas.

NOTA 24. RECEITAS (DESPESAS) PATRIMONIAIS

Receitas composta de alugueis de imóveis e boxes de garagem, venda de bens (máquinas e equipamentos, veículos). Despesa constituída pelo resultado nas baixas por obsolescimento ou venda dos bens da entidade.

Exercícios	Exercícios	
	2024	2023
Receita Patrimonial		
Receitas Com Imóveis de Renda	190.835,38	222.606,14
Lucro na Alienação de Bens do Ativo	226.674,68	223.290,34
Total	417.510,06	445.896,48
Despesa Patrimonial		
Prejuízo na Alienação ou Baixa de Bens	(793.601,44)	(331.802,94)
Total	(793.601,44)	(331.802,94)
Resultado Patrimonial	(376.091,38)	(114.093,54)

NOTA 25. ISENÇÕES E IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Exercícios	Exercícios	
	2024	2023
Imunidade da Contribuição Inss Patronal	(28.009.099,30)	(24.488.299,22)
Imunidade da Cofins	(11.453.600,18)	(9.685.629,80)
Total das Isenções	(39.462.699,48)	(34.173.929,01)
Aplicações em Gratuidade	93.924.348,19	81.912.931,86
Excedente (Imunidade x Aplicação em Gratuidade)	54.461.648,71	47.739.002,85

A entidade tem a imunidade dos recolhimentos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social Sobre o Lucro, conforme artigos nº 168 e 173, do Decreto nº 3.000/99.

Atendemos o que determina a Resolução CFC 1409/2012 e ITG 2002 (R1) no item "9B As imunidades tributárias não se enquadram no conceito de subvenções previsto na NBC TG 07, portanto, não devem ser reconhecidas como receita no resultado". A entidade descontinuou com a contabilização, mais com relação à forma de cálculo das contribuições usufruídas e demonstramos os valores nesta nota explicativa.

NOTA 26. ATENDIMENTOS EFETUADOS - GRATUIDADES

A entidade atende aos requisitos legais previstos na Lei Complementar nº 187/2021 e alterações que determina o percentual mínimo de 60% de atendimento a pacientes SUS, para auferir a imunidade em destaque na Nota Explicativa nº 25.

Do total de 420 leitos existentes em nossa entidade, 290 são destinados exclusivamente ao SUS que representa 69,05% no total de nossa capacidade instalada.

Avaliando nossos resultados assistenciais, realizamos em 2024 um total de 1.874.203 procedimentos (SUS, Convênios e Particulares) sendo que destes, 1.113.713 foram realizados para o SUS, sendo: 16.814 internações, 146.039 consultas, 841.934 exames, 2.800 partos, 96.831 procedimentos/sessões e 9.295 cirurgias.

Da nossa produção das internações no ano de 2024 relativo à paciente dia SUS representou 79,71% do total de nossa produção.

NOTA 27. SEGUROS

A entidade adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e erro médico por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Vide Nota Explicativa nº 8

NOTA 28. CONCILIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

A legislação vigente determina que a entidade que apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto destaque a conciliação do lucro líquido na demonstração do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais.

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2024		2023	
	Resultado do Período		Resultado do Período	
Ajustes para conciliação do resultado do período:	40.678.674,96		37.986.682,69	
Depreciações e Amortizações	33.821.628,28		15.575.240,62	
Provisões (Reversão) para Perdas sobre Créditos	9.456.122,43		8.844.429,80	
Juros Apropriados e não Pagos	12.958.360,93		4.501.674,36	
Variação Provisão Ressarcimento ao SUS	12.694.979,37		1.945.232,71	
Outros Ajustes Atividade de Financiamento	164.368,39		569.113,17	
Outros Ajustes Investimento	(2.965.445,54)		(990.804,48)	
Provisão Contingência	226.674,68		-	
Ganho/Perda na Alienação ou Baixa Imobilizado	460.269,23		307.843,13	
Receita Imóvel Destinado a Renda	793.601,44		139.296,52	
Ajustes Exercícios Anteriores	(190.835,38)		(222.606,14)	
Resultado do Período Ajustado	223.583,23		481.061,55	
Resultado do Período Ajustado	74.500.353,74		53.561.923,31	
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	(45.581.870,23)		16.660.934,50	
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	(27.487.151,44)		(33.618.294,47)	
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.431.332,07		36.604.563,34	

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR CODE ao lado ou pelo link <https://novojoernaldenoticias.com/arquivos-empresariais/>



NOTA 29. EVENTOS RELEVANTES

A entidade por atender as determinações das Leis, obteve a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), com validade de 30 de abril de 2021 a 29 de abril de 2024, conforme publicação no DOU de 13/11/2020 através da Portaria nº 1.045, de 06 de dezembro de 2020 do Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. No dia 21/12/2023 fizemos o requerimento de renovação no SISCEBAS e gerou o protocolo do processo de renovação nº 25000.191176/2023-97, mas de acordo com a Nota Técnica nº 885/2023 – CGCER/DCEBAS/SAES/MS Informamos que o processo administrativo SEI nº 25000.140833/2020-95, que trata de requerimento de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), encaminhado ao Ministério da Saúde em 06/10/2020, de interesse da Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros, inscrita no CNPJ nº 22.669.931/0001-10, deferido conforme Portaria SAES/MS nº 1.045, de 06/11/2020, publicada no DOU de 13/11/2020, foi prorrogado, até 31/12/2025, tendo em vista a aplicação do disposto no artigo 40, § 1º da Lei Complementar nº 187/2021, que assim dispôs:

“Art. 40. Aplica-se o disposto nesta Lei Complementar aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação apresentados a partir da data de sua publicação. § 1º A validade dos certificados vigentes cujo requerimento de renovação não tenha sido apresentado até a data de publicação desta Lei Complementar fica prorrogada até 31 de dezembro do ano subsequente ao do fim de seu prazo de validade.”

Atualmente a entidade encontra-se certificada para o período de 30/04/2021 a 31/12/2025, conforme Portaria SAES/MS nº 1.189, de 27/12/2023, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 29/12/2023. Diante esta prorrogação na validade do CEBAS para 31/12/2025 a Coordenação-Geral de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde comunica a esta instituição pelo OFÍCIO Nº 82/2024/CGCER/DCEBAS/SAES/MS de 05/01/2024 que o processo de pedido de renovação do CEBAS nº 25000.191176/2023-97 foi arquivado conforme.

JOSE GILSON VELOSO Assinado de forma digital por JOSE GILSON VELOSO
CALDEIRA47931469887 CALDEIRA47931469887
Data: 2023.04.08 17:42:30 -03'00'

LUANA PATRICIA BARROSO DE CARVALHO Assinado de forma digital por LUANA PATRICIA BARROSO DE CARVALHO
10357597648 10357597648
Data: 2023.04.08 17:41:25 -03'00'

Jose Gilson Veloso Caldeira
Provedor

Luana Patricia Barroso de Carvalho
Contadora CRC/MG 110487-0-1



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros – Santa Casa – reunido em 28 de março de 2025, conforme determina o Artigo 25, Alínea I a III, do Estatuto Social, procedeu verificação e análise do Balanço Geral encerrado em 31.12.2024, compreendendo o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo de Resultado do Exercício, as Demonstrações de Fluxo de Caixa, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social e as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis com base também no parecer da Auditoria externa da Grunitzky – Auditores e Consultores S/S datada 28.03.2025, que se baseou para emitir o parecer limpo e sem ressalvas. Assim, conclui o Conselho Fiscal que as Demonstrações Contábeis e Financeiras que compreendem o período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 estão de acordo com os padrões Contábeis normalmente aceitos e refletem a situação patrimonial e financeira da Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros – Santa Casa. Registramos ainda, a confortável situação financeira da Instituição, que aponta R\$1.81 de bens e direitos para saldar cada R\$1,00 de obrigações. Assim, o Conselho Fiscal manifesta-se favorável à sua aprovação pela assembleia desta Irmandade que se realizará conforme normas estatutárias no dia 28 de março de 2025.

Montes Claros, 28 de março de 2025

Luciano Dias Cardoso
Conselheiro Fiscal Efetivo Presidente

Luiz José Paíão Guedes
Conselheiro Fiscal Efetivo Secretário

Adauto Marques Batista
Conselheiro Fiscal Efetivo Membro



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Conselheiros da entidade
IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE MONTES CLAROS
CNPJ 22.669.931/0001-10
Montes Claros - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da entidade IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE MONTES CLAROS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE MONTES CLAROS em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e sem finalidade de laudo.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os requisitos éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os incertezas relacionadas com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamos nos os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de março de 2025.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC PR-004.553/O-5 S/MO
CVM 7862

FAIMO FRANCISCO MOREIRA
0016931
4596
FAIMO FRANCISCO MOREIRA
CRC MG-083.335/O-5
CPF 001.693.145-96
CNAI 3764

[Outfita | PR] [Belo Horizonte | MG] [São Paulo | SP]
www.grunitzky.com.br contato@grunitzky.com.br